

ENTRE MULHERES MAPUCHES E QUILOMBOLAS: experiências e reflexões sobre educação intercultural, decolonial e feminista***AMONG MAPUCHE AND QUILOMBOLA WOMEN: experiences and reflections on intercultural, decolonial, and feminist education***

Shirley Cristina Amador Barbosa¹ - UEPA 
João Colares da Mota Neto² UEPA 

RESUMO

Este artigo analisa experiências interculturais vividas durante intercâmbio acadêmico na Universidad Nacional de La Plata e na Universidad Nacional del Comahue, na Argentina, com foco no diálogo com mulheres Mapuches, articulado aos saberes e às práticas pedagógicas e de resistências de mulheres quilombolas da Amazônia marajoara. Decorre da investigação ancorada na metodologia da *escrevivência*, em interação teórica com perspectivas interculturais, decoloniais e feministas. O estudo evidencia a centralidade de categorias como memória, resistência, ancestralidade e território como fontes de conhecimento situado e de epistemologias plurais. Discute-se que a universidade, para romper com seu legado eurocêntrico, deve reconhecer e valorizar saberes originários. As experiências vividas no intercâmbio e com as mulheres Mapuches demonstram que o território é lugar de memória, educação e resistência, em que pedagogias do cuidado e da insurgência se entrelaçam às lutas comunitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Interculturalidade; Decolonialidade; Feminismo

ABSTRACT

This article analyzes intercultural experiences lived during an academic exchange at the Universidad Nacional de La Plata and the Universidad Nacional de Comahue, in Argentina, focusing on dialogue with Mapuche women, articulated with the knowledge and pedagogical and resistance practices of quilombola women from the Marajó region of the Amazon. It stems from research based on the methodology of *escrevivência*, in theoretical interaction with intercultural, decolonial, and feminist perspectives. The study highlights the centrality of categories such as memory, resistance, ancestry, and territory as sources of situated knowledge and plural epistemologies. It argues that the university, in order to break with its Eurocentric legacy, must recognize and value original knowledge. The experiences lived during the exchange and with the Mapuche women demonstrate that the territory is a place of memory, education, and resistance, where pedagogies of care and insurgency intertwine with community struggles.

KEYWORDS: Interculturality; Decoloniality; Feminism

¹E-mail: shirlevamador@hotmail.com

² Professor da Universidade do Estado do Pará. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-Nível C). Bolsista de Pós-Doutorado Sênior do CNPq, em conexão com a Cátedra UNESCO em Educação para a Cidadania Global e a Justiça Socioambiental, da Universidade de Caxias do Sul. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Vice coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA (2026-2028). E-mail: joaocolares@uepa.br.

INTRODUÇÃO

Esta escrita nasce da travessia realizada entre março e agosto de 2025, quando a autora principal do artigo deixa seu território amazônico marajoara para viver um intercâmbio na Argentina, entre a Universidad Nacional de La Plata e a Universidad Nacional del Comahue (UNCo), em Bariloche, realizado por meio do Projeto Abdias Nascimento, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA), em parceria com os Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Essa experiência abriu caminhos para aprofundar reflexões sobre interculturalidade, decolonialidade e feminismo, neste texto tecidas em conjunto com seu orientador e coautor do artigo, além das interlocutoras da vivência: professoras da UNCo e mulheres Mapuches. Optamos, nesse exercício da escrita conjunta, por não apagar as marcas de experiência pessoal e de memória da autora principal do texto, razão pela qual usamos duas flexões de pessoa ao longo do artigo: primeira pessoa do singular quando se referir à escrevivência da autora; e primeira pessoa do plural quando a escrita se torna coletiva, não apenas pela coautoria com o orientador, mas também pela polifonia manifestada na incorporação de outros intelectuais e das interlocutoras da vivência analisada.

Fazemos deste deslocamento de perspectiva anuciativa um “jogo” dialógico, de modo a reconhecer, a um só tempo, o caráter individual e coletivo da construção do conhecimento, além de exercitar um estilo de escrita que, sabidamente não canônico, mas que engendra um pensamento coerente com as perspectivas interculturais, decoloniais e feministas discutidas ao longo do texto.

Como mulher amazônida, quilombola e doutoranda brasileira das terras do norte, precisamente do estado do Pará, carrego em meu corpo e em minha voz as marcas de uma história coletiva de luta, resistência e cuidado com o futuro. Minha trajetória acadêmica se entrelaça a essas marcas, fazendo da pesquisa um gesto de memória e pertencimento. Estar em terras argentinas não foi apenas um deslocamento geográfico, mas um mergulho em diálogos interculturais que expandiram minha escuta, transformou minha escrita e renovou meu modo de compreender a educação como espaço de encontros, aprendizagens e trocas vivas.

Essa experiência permite dialogar com a perspectiva de Ramirez (2020), para quem uma didática intercultural nas universidades públicas deve contribuir para a construção de comunidades em contexto de colonialidade, sem excluir nossas experiências nem os desacordos presentes no ato de conhecer, desafiando os próprios termos sob os quais formulamos nossas perguntas. Tais provocações me (e nos) instigam a reafirmar o compromisso com uma educação que reconhece as diferenças como força criadora e formativa, fortalecendo uma aprendizagem situada, crítica e sensível às diversas vozes e experiências.

Assim, este artigo se configura como um exercício de memória e de reflexão colaborativa: o registro de encontros, aprendizagens e afetos que germinaram nesse tempo-intercâmbio e hoje florescem aqui, transformados em palavras que evidenciam uma experiência formativa na qual se entrelaçam universidade, território e saberes insurgentes.

Esses encontros aconteceram, sobretudo, com o povo Mapuche na Lof Buenuleo, comunidade situada aos pés do Cerro Ventana, nas nascentes do Arroyo Ñireco e próxima à cidade de Bariloche. Ali, especialmente junto às mulheres, fui levada a refletir sobre a luta por

direitos, a defesa dos territórios e o reconhecimento de suas identidades em meio a conflitos agrários, muitas vezes criminalizados pelas leis antiterrorismo vigentes na Argentina.

Essa vivência, por sua vez, aproxima-se da realidade das mulheres quilombolas no Brasil, que também enfrentam disputas pela terra, sofrem com a violência fundiária e elaboram estratégias próprias de resistência, criando formas singulares de pensar e praticar a educação vinculada ao território e à vida comunitária. Ao ouvir as mulheres Mapuches, percebi um horizonte comum entre nós, mulheres quilombolas da Amazônia, atravessado pela colonialidade e pela luta pela terra.

É justamente nesse ponto que a noção de Amefricanidade, de Lélia Gonzalez (2020), torna-se fundamental, ao trazer à tona a historicidade compartilhada entre povos indígenas e afrodescendentes das Américas. Essa categoria evidencia a memória, a resistência e a educação enraizadas no território, possibilitando compreender como experiências distintas se entrelaçam em uma mesma luta pela vida e pela dignidade. Nesse sentido, como afirma Candau (2012a):

A presença de grupos socioculturais diversos nos cenários públicos, tanto no âmbito internacional como no Brasil, tem provocado tensões, conflitos, diálogos e negociações orientadas à construção de políticas públicas que focalizem estas questões. Em cada contexto esta problemática adquire uma configuração específica, articulada com as diversas construções históricas e político-culturais de cada realidade (Candau, 2012a, p. 236).

Essa reflexão ganha atualidade quando olhamos para o território em que se localiza o Centro Regional Universitário Bariloche, da Universidad Nacional del Comahue, e para a própria Lei de Educação Superior argentina, que incorpora a noção de interculturalidade e outras categorias relacionadas, cada vez mais presentes nos discursos das políticas públicas do país e da região. No entanto, como lembra Ramírez (2020), tais políticas para a educação superior ainda não têm incluído uma reflexão crítica a respeito da orientação democratizadora dessas instituições, revelando um tensionamento semelhante ao apontado por Candau (2012a) no contexto brasileiro.

Nesse mesmo sentido, embora as políticas de educação intercultural na Argentina e no Brasil reconheçam formalmente a diversidade, ainda permanecem presas a uma lógica que naturaliza as desigualdades raciais e de gênero. Gonzalez (2020) já denunciava essa dinâmica ao definir o “racismo por denegação”, isto é, uma forma de racismo, por vezes “sutil” (mas sempre avassaladora), que se manifesta justamente quando se nega sua existência, reproduzindo exclusões no interior das instituições e impedindo transformações estruturais mais profundas.

Diante desse cenário, a pesquisa acadêmica se torna também um gesto político. Como sugere Ramírez (2020), ela pode se constituir como narrativa que entrelaça e até antecipa categorias de análise mediadas pela experiência. Longe de uma sequência linear, esse exercício se assume fragmentado, tecido por conexões e modos não habituais de conhecer. É desse entrecruzamento de memórias e diálogos interculturais, entre mulheres Mapuches e quilombolas, entre territórios do sul e do norte da América do Sul, que nasce este escrito, questionando fronteiras disciplinares e instaurando novas possibilidades de pensar a educação, articulando experiências, saberes e política em um gesto de criação e reflexão conjunta.

Assim, este artigo se propõe a analisar as experiências interculturais e formativas vividas na Universidad Nacional del Comahue, em Bariloche, em diálogo com mulheres Mapuches, articulando tais vivências às reflexões educacionais das mulheres quilombolas da Amazônia marajoara, com enfoque no debate sobre práticas pedagógicas interculturais, decoloniais e feministas. Assumimos, ainda, como objetivos: compreender como a Universidad Nacional de Comahue se constitui como espaço de formação intercultural e de diálogo com os saberes originários do povo Mapuche; refletir sobre as práticas pedagógicas feministas, decoloniais e

interculturais, desenvolvidas por mulheres Mapuches na Lof Buenuleo, a partir de experiências vivenciadas em atividades acadêmicas e comunitárias; por fim, estabelecer relações entre os aprendizados vividos na UNCo e as lutas de mulheres quilombolas amazônidas, valorizando saberes territoriais, pedagogias ancestrais e formas de resistência comunitária.

Diante disso, a questão que orienta este artigo é: como as experiências interculturais vividas na Universidad Nacional del Comahue, em diálogo com mulheres Mapuches, podem se articular às pedagogias e resistências das mulheres quilombolas da Amazônia marajoara, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas interculturais, decoloniais e feministas?

Mediante a isso, a escrita que se segue busca não apenas registrar uma experiência acadêmica, mas situá-la em um horizonte mais amplo, em que se entrelaçam memórias, lutas e pedagogias insurgentes. Assim, para compreender a potência formativa do encontro com as mulheres mapuches em Bariloche e relacioná-la às trajetórias das mulheres quilombolas amazônidas, é necessário recuperar brevemente os contextos históricos e políticos que marcam essas realidades. Deste modo, ao lançar o olhar sobre os conflitos territoriais, as estratégias de resistência e o protagonismo feminino tanto em Bariloche-Patagônia quanto na Amazônia brasileira, é possível compreender como a educação se faz inseparável do território e das disputas pela vida coletiva.

Metodologicamente, este artigo se configura como um exercício de escrevivência, noção forjada por Conceição Evaristo (2005) para valorizar a escrita de mulheres negras. Com isso, pretendemos o afastamento da neutralidade típica da ciência moderna e a afirmação de valores como ancestralidade, memória e vivência.

A escrevivência é mobilizada, neste texto, tanto como escrita de uma mulher negra, amazônida e quilombola quanto pela recuperação descritiva, analítica e sensível do que foi vivenciado no intercâmbio. Por isso, assumo a escrita como um ato político, epistêmico e formativo, de modo a ensinar possibilidades de encontro entre sabedorias de mulheres Mapuches e quilombolas.

Além da escrevivência, como já dito anteriormente, lançamos mão da escrita colaborativa, valorizando reflexões e aprendizados tecidos em diálogo, tanto com o coautor quanto com as interlocutoras do estudo: professoras da UNCo e mulheres Mapuches. Mesmo sem ter realizado entrevistas, utilizamos alguns depoimentos de mulheres Mapuches registrados em rodas de conversa, com seu expresso e declarado consentimento, em consonância com os cuidados éticos de investigação com seres humanos. O uso de *itálico* indica a presença da voz das mulheres Mapuches e estabelece a diferença com citações de autoras e autores.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo se estrutura em três seções. Na primeira, discutimos a experiência do intercâmbio em território argentino, apresentamos a Universidad Nacional del Comahue como espaço intercultural e construímos, à luz da vivência, reflexões sobre educação intercultural. Na segunda seção, aprofundamos a dimensão narrativa da escrevivência com as mulheres da Lof Buenuleo, evidenciando o protagonismo feminino e suas pedagogias do cuidado e da resistência, em diálogo com as experiências quilombolas. Na terceira seção, analisamos práticas pedagógicas interculturais, decoloniais e feministas na UNCo, articulando-as às pedagogias desenvolvidas por mulheres quilombolas amazônidas.

No conjunto, o artigo busca costurar reflexões sobre universidade, território e saberes insurgentes, defendendo a construção de uma epistemologia feminista, intercultural e decolonial, e esboçando um encontro de conhecimentos, lutas e vivências entre mulheres indígenas e quilombolas que, apesar de habitarem territórios distintos da América do Sul, compartilham lições essenciais sobre a vida e a educação. Que estas lições sejam ouvidas e, mais do que isso,

valorizadas nos processos pedagógicos e de construção do conhecimento, é o desejo que move esta escrita.

A UNIVERSIDAD NACIONAL DEL COMAHUE: vivências do intercâmbio e reflexões sobre interculturalidade na educação

A oportunidade de realizar o doutorado-sanduíche na Argentina surgiu por meio do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, uma parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC).

O ponto de partida do intercâmbio, na Argentina, foi a Universidad Nacional de La Plata (UNLP), escolhida por sua tradição acadêmica e por oferecer um ambiente propício ao diálogo entre saberes latino-americanos e práticas de pesquisa alinhadas à área de estudo da tese, em particular, os estudos interculturais, feministas e decoloniais.

Em La Plata, tive a oportunidade de conhecer de perto o funcionamento da universidade, dialogar com pesquisadores e participar de atividades vinculadas ao doutorado-sanduíche. Também convivi com estudantes de diferentes partes do mundo, incluindo japoneses, franceses e diversos brasileiros. A maioria dos alunos, cerca de 80%, estava cursando Medicina, enquanto os estudantes de pós-graduação se constituíam uma minoria, o que possibilitou um diálogo mais próximo entre os pós-graduandos de diferentes nacionalidades.

No mês de junho de 2025, ao me deslocar para Bariloche, por convite de uma professora da Universidad Nacional del Comahue (UNCo), vivi ricas experiências e trocas com professores, pesquisadores e estudantes desta Universidade. Nesse contexto, o diálogo com o povo Mapuche (em particular as mulheres) e os debates sobre interculturalidade marcaram de forma significativa minha trajetória. A UNCo se destaca por ser a primeira universidade do país a se declarar intercultural, tornando esse período especialmente relevante para minha formação acadêmica e para o aprofundamento de reflexões sobre educação, decolonialidade e diversidade cultural.

A perspectiva da interculturalidade crítica, como proposta por Catherine Walsh (2009), e os apontamentos de Paula Ramírez (2020), ajudaram-me a compreender a importância de valorizar saberes quilombolas e indígenas, de questionar estruturas hegemônicas de conhecimento e de defender a promoção de práticas educativas inclusivas e decoloniais. A experiência com o povo Mapuche também possibilitou refletir sobre processos históricos de resistência e territorialidade, que são centrais para compreender as dinâmicas de exclusão e o reconhecimento da diversidade cultural na América Latina (Cusicanqui, 2010), estabelecendo um paralelo imediato com a realidade dos povos quilombolas da Amazônia e, em particular, do Arquipélago do Marajó, no estado do Pará.

Dessa forma, tecer reflexões sobre educação e território em comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, evidencia a importância de práticas educativas enraizadas nos saberes locais para a preservação cultural e promoção da autonomia das comunidades (BARBOSA, 2020). Essas aproximações - mais que teóricas, mas, sobretudo, entre realidades - permitiram-me perceber como os processos de ensino-aprendizagem se entrelaçam com a história, o território e a memória, seja entre os Mapuches na Patagônia seja em comunidades quilombolas no Brasil, revelando a potência transformadora de uma educação crítica, intercultural e decolonial.

A Universidad Nacional del Comahue (UNCo), criada em 1972 na cidade de Neuquén, na Patagônia argentina, nasceu da necessidade de regionalizar o ensino superior, que até então estava concentrado majoritariamente em Buenos Aires. Sua fundação visava atender às demandas

locais, articulando ensino, pesquisa e extensão - pilares essenciais para o desenvolvimento social, econômico e cultural da região.

Nesse sentido, ao longo das décadas, a UNCo consolidou-se como uma instituição de referência no sul do país, expandindo sua estrutura por meio de faculdades e centros acadêmicos distribuídos em diversas cidades da Patagônia. Essa expansão possibilitou um estreitamento das relações com os povos originários da região, especialmente com o povo Mapuche, cuja presença histórica e cultural é marcante.

Em 2023, a universidade avançou de maneira pioneira ao se reconhecer oficialmente como intercultural. Conforme relatado por Guerrero (2024) em *Agencia de Noticias Tierra Viva*:

Por impulso de la Confederación Mapuche de Neuquén y del Parlamento Mapuche de Río Negro, la Universidad Nacional del Comahue es la primera casa de altos estudios en definirse como intercultural, reconocer los conocimientos indígenas y plantear la necesidad de reparación estatal por el genocidio que sufrieron los pueblos originarios. Invitan a que otras universidades imiten la iniciativa (Guerrero, 2024, *Agencia de Noticias Tierra Viva*).

Essa iniciativa da UNCo representa não apenas o reconhecimento e a valorização dos saberes indígenas, mas também a reivindicação de reparações pelo genocídio sofrido pelos povos originários, evidenciando o compromisso da universidade com a diversidade cultural e a justiça histórica. Nessa perspectiva, a instituição tem buscado incorporar em seu estatuto as dimensões intercultural, de gênero e ambiental.

Durante meu intercâmbio, desenvolvi atividades no Centro Regional Universitario Bariloche, da Universidad Nacional del Comahue, espaço que ilustra a articulação entre a universidade, os saberes locais e as demandas sociais dos Mapuches. Nesse contexto, participei de reuniões com a equipe de pesquisa do projeto intitulado “Deslocamentos de sentido no campo da didática. Rumo à criação de projetos didáticos situados durante a formação docente desde o Sul” (PI 04 B257 - CRUB - UNCo), dirigido pela professora Dra. Paula Ramírez. Nessas ocasiões, discutimos coletivamente as propostas do estatuto intercultural da UNCo, seus avanços, limites e possibilidades de aprimoramento.

Na ocasião, professores e pesquisadores destacaram a importância de práticas pedagógicas interculturais e da construção de escolas interculturais autônomas e decoloniais na Patagônia. Nos debates, a formação docente e a didática surgiram como eixos centrais do debate, na perspectiva de enfrentamento a um sistema educativo historicamente marcado pela homogeneização, pelo apagamento das diferenças e pela reprodução de estruturas de poder hegemônicas.

Candau (2020), a propósito, ressalta que a didática e a formação docente, tanto inicial quanto continuada, devem ir além da transmissão de conteúdos e se comprometer com a valorização das diferenças culturais. Segundo a autora, é necessário construir práticas educativas que reconheçam e integrem a diversidade de saberes, experiências e identidades presentes na sala de aula, repensando estratégias de ensino e aprendizagem para que estas se tornem inclusivas, reflexivas e sensíveis ao contexto sociocultural dos educandos.

Essa perspectiva deve se articular com a realidade das comunidades populares - tanto na Argentina quanto no Brasil - que possuem suas próprias agendas políticas, mas o eixo fundamental, em nosso entendimento, é a defesa do território e dos direitos dos povos à autodeterminação. Nesse sentido, pensamos que a universidade pode contribuir de maneira

significativa, fortalecendo a formação docente e potencializando a interculturalidade dentro do sistema educativo. Mas, isso implica escutar as comunidades e compreender o que elas almejam enquanto projeto de educação e sociedade.

Sobre o compromisso institucional com a interculturalidade na UNCo, vale destacar o Artigo 1º do seu Estatuto:

ARTÍCULO 1: La Universidad del Comahue reconoce a la interculturalidad como una relación a construir en el marco de la diversidad social, cultural y lingüística. Las relaciones dentro de la universidad, y de esta con la comunidad, se orientan hacia la reciprocidad de saberes, conocimientos y aprendizajes. Reconoce la interculturalidad en las relaciones deseables entre culturas y la convierte en un proyecto ético-político que ofrece una alternativa a las relaciones asimétricas y desiguales gestadas históricamente y presentes en la realidad actual. (UNIVERSIDAD NACIONAL DEL COMAHUE, 2024, p. 2).

Essa proposta se aproxima do debate de Walsh (2009) sobre interculturalidade crítica, a qual não se limita a uma mera política de inclusão da diversidade, mas se configura como um projeto político, social, epistêmico e ético de enfrentamento das colonialidades. Nesse sentido, busca-se ressignificar os conhecimentos no processo de formação docente, assim como no campo da didática, promovendo abordagens e perspectivas capazes de fornecer elementos significativos para enfrentar os desafios contemporâneos presentes no cotidiano educacional.

Esse cenário nos convida a refletir sobre a diversidade presente em nossas próprias trajetórias, seja no âmbito pessoal, acadêmico ou profissional. Enquanto educadores/as e leitores/as do mundo, reconhecemos que a valorização das diferenças ainda se coloca como um grande desafio. O eurocentrismo segue como matriz dominante, e a branquitude, enquanto construto histórico que concentra privilégios sociais, culturais, acadêmicos e políticos, continua a estruturar desigualdades. Por isso, assumimos que mais do que denunciar episódios pontuais de preconceito, é necessário desestabilizar práticas históricas e estruturais de violência, que regulam de maneira desigual oportunidades, moldam subjetividades e distribuem de forma assimétrica o poder, atuando tanto no campo simbólico quanto no material.

Nesse sentido, nossos encontros e desencontros, assim como as reflexões em torno da formação docente, evidenciam desafios que ultrapassam o mero acesso das camadas populares à educação. No caso específico dos povos indígenas e quilombolas, estamos diante de um problema social e histórico, caracterizado pela omissão e pela negação de um direito fundamental. Essa realidade expressa o funcionamento de uma sociedade de classes e racista, que reproduz desigualdades e violências nos mais diversos níveis.

Por outro lado, em uma perspectiva intercultural crítica, é imprescindível reconhecer a relevância dos povos e comunidades tradicionais para a reprodução da vida em sociedade. Como guardiões de conhecimentos milenares e da diversidade socioambiental, sua existência mantém uma relação estreita com a terra e o território, orientada por uma lógica de vida distinta, que confronta o modelo capitalista. Daí decorre a necessidade de criar e fortalecer políticas públicas que fortaleçam a diversidade e garantam os direitos desses povos.

Essa constatação reforça a urgência de superar tais contradições. Ao problematizarmos a formação docente e a didática em diálogo com a interculturalidade, somos instigados a questionar concepções cristalizadas e a projetar utopias possíveis para a educação. Como afirma Walsh (2009):

Desde los años 90, la interculturalidad se ha convertido en un tema de moda. Está presente en las políticas públicas y en las reformas educativas y constitucionales, y es eje importante tanto en la esfera nacional-institucional como en el ámbito inter/transnacional. Aunque se puede argumentar que esta atención es efecto y resultado de las luchas de los movimientos sociales - políticos-ancestrales y sus demandas por reconocimiento, derechos y transformación social, también puede ser vista, a la vez, desde otra perspectiva: la que la liga a los diseños globales del poder, el capital y el mercado (Walsh, 2009, p. 1-2)

A autora ressalta a complexidade de promover a interculturalidade de forma efetiva no âmbito universitário, algo que também pode ser pensado em relação à escola. Embora haja avanços, persistem limites institucionais que atravessam essas iniciativas, como entraves burocráticos, escassez de recursos e o risco de que ações meramente simbólicas se sobreponham a mudanças estruturais. Neste sentido, consideramos que a UNCo, ao assumir em seu estatuto a interculturalidade como uma relação a ser construída na diversidade social, cultural e linguística, coloca-se como um espaço com potencial para valorizar os saberes tradicionais e fomentar a produção de um conhecimento crítico, vinculado às lutas por território.

Walsh (2009) nos alerta, também, para os riscos de que a interculturalidade seja instrumentalizada por lógicas de poder, capital e mercado global, podendo ser reduzida a algo meramente simbólico ou mercantilizado. Esse alerta reforça a necessidade de que os projetos universitários sejam articulados diretamente com as comunidades locais. Assim, a UNCo se configura como um espaço de tensão e diálogo entre potencialidades e desafios, constituindo-se como um ponto de partida para refletir sobre o papel da universidade frente às demandas históricas dos povos Mapuches.

Nesse cenário, torna-se necessário refletir sobre os direitos e os efeitos persistentes do colonialismo na América Latina, que se manifestam de modo evidente nas políticas linguísticas. Na Patagônia, por exemplo, o inglês é ensinado como língua essencial, enquanto as línguas dos povos originários permanecem invisibilizadas. Situação semelhante ocorre no Brasil, onde o sistema educativo ainda não valoriza a diversidade linguística e cultural dos povos indígenas e afrodescendentes. Essa realidade evidencia a lógica padronizadora e excludente da universidade e da escola, que impõem uma cultura acadêmica eurocêntrica e que, portanto, nega a pluralidade cultural, social e identitária dos povos historicamente subalternizados. Como observa Candau (2020):

Hoje a consciência do caráter homogeneizador e monocultural da escola é cada vez mais forte, assim como a da necessidade de se construir práticas educativas em que a questão das diferenças se façam cada vez mais presentes. Nesta perspectiva, uma contribuição que considero interessante para uma nova compreensão das relações entre educação e cultura(s) diz respeito a uma concepção da escola como um espaço de cruzamento de culturas, fluido e complexo, atravessado por tensões e conflitos (Candau, 2020, p. 9).

A autora supracitada nos faz perceber, por meio do caráter homogeneizador da escola, os resultados de um projeto de sociedade que busca formar sujeitos adaptados ao sistema dominante, em vez de cidadãos críticos, solidários e autônomos. Nesse contexto, a contribuição de Aníbal Quijano (2005) é fundamental para compreender as marcas e permanências do colonialismo que ainda estruturam instituições como a escola e a universidade. Ele mostra que tais marcas se manifestam na hierarquia de saberes e no eurocentrismo como perspectiva de conhecimento da modernidade/colonialidade.

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa (Quijano, 2005, p. 115).

A escola, ao reproduzir padrões de conhecimento e valores eurocêntricos, atua como um instrumento da colonialidade do poder, naturalizando hierarquias e silenciando saberes e culturas não hegemônicas. Quijano (2005) argumenta que a colonialidade do poder não se configurou apenas como um processo político e econômico, mas também como um processo epistêmico, no qual a imposição de uma matriz colonial inferiorizou os povos colonizados. Essa realidade pode ser observada na América Latina, e a experiência intercultural que vivenciei entre Brasil e Argentina permite enxergar de forma concreta como tais marcas se manifestam no campo educacional, de modo que as próprias universidades se dedicam a formar profissionais dentro do *status quo* vigente.

Essa constatação evidencia a necessidade de repensar a educação, orientando-a por práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural, social e identitária dos sujeitos. Conforme destaca Ramírez (2020), é fundamental revisitar a didática na formação de professores, compreendendo o sentido da educação a partir de conceitos como “lugarización” e da reflexão sobre o “genocídio”. Esses conceitos nos convocam a considerar as implicações da valorização dos territórios, bem como os apagamentos culturais que evidenciam a urgência de uma perspectiva descolonizadora na formação de educadores e educadoras.

Nesse horizonte, a didática deixa de se restringir à sua dimensão técnica para assumir uma configuração formativa, política e ética, conectada à noção de “educação lugarizada”. Trata-se de um modelo que reconhece e fortalece as comunidades locais e suas especificidades culturais, superando paradigmas educacionais hegemônicos e eurocêntricos, ao articular saberes e realidades territoriais com práticas decoloniais e interculturais. É nesse sentido que a autora afirma:

Dicha indagación posibilita abordar la didáctica desde una lógica otra, desde la cual emergen las narrativas en el aula universitaria del *Wallmapu*: historias, saberes, identidades, silenciamientos y cosmovisiones; una didáctica que abra un espacio de conexión con otros relatos desde una visión histórica y localizada que continúa operando en el presente. [...] Para remover el marco del pensamiento construido sobre el “genocidio” la educación resulta un elemento indispensable y plantea el desafío de cómo presentar la historia que aún no está contada desde otros soportes, para que lo impensable -el despojo al Pueblo mapuche y, al mismo tiempo, la resistencia que el pueblo mapuche opone al genocidio - llegue a ser pensable (Ramírez, 2020, p. 109 -110).

Nessa perspectiva, a pesquisadora aprofunda o debate ao destacar que a didática, quando pensada a partir da educação lugarizada, desloca os referenciais hegemônicos e abre espaço para epistemologias que emergem das resistências. A formação docente, nesse horizonte, não se restringe ao domínio técnico, mas assume uma dimensão política e histórica que reconhece os territórios como espaços de produção de saberes e de memória coletiva. Assim, a abordagem se apresenta como prática contra-hegemônica, capaz de tensionar os silenciamentos produzidos pelo colonialismo, atualizar as lutas dos povos originários e quilombolas e afirmar pedagogias que se constroem a partir da pluralidade cultural e da justiça social.

É nesse contexto que a imersão de estudantes de diferentes vivências em espaços de escolarização e formação humana, como a universidade, tem estimulado a busca por perspectivas capazes de incidir na realidade social. Essa experiência tornou-se especialmente evidente durante minha convivência com professoras de origem Mapuche na Universidad Nacional del Comahue, que buscam construir práticas pedagógicas repensando a didática - um pilar fundamental nos percursos formativos - de modo a respeitar e integrar cosmovisões locais.

Em um dos encontros dialógicos com professores na UNCo, em que discutimos sobre os desafios da interculturalidade nos contextos argentino e brasileiro, debatemos estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade social e cultural dos estudantes, o que deve envolver, necessariamente, políticas de ação afirmativa e de inclusão de indígenas, quilombolas e outros grupos sociais historicamente excluídos do direito à educação superior.

Na ocasião, destaquei que, nas universidades públicas brasileiras, em função das políticas de cotas implementadas nas primeiras décadas dos anos 2000, temos visto a entrada de sujeitos de diversas origens, o que, consequentemente, tem provocado transformações no processo de produção do conhecimento e, ao mesmo tempo, na própria dinâmica universitária. Além disso, não podemos deixar de reconhecer a diversidade socioterritorial nesse contexto de inclusão, uma vez que, especialmente nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, houve uma notável expansão da educação superior para territórios onde antes inexistia universidade (Pereira; Silva, 2010), como é o caso da própria Amazônia.

Em paralelo com a realidade argentina e da Universidad Nacional del Comahue, apesar do seu pioneirismo em se declarar intercultural e do esforço de professores e estudantes em promover práticas inclusivas, os relatos foram de que a efetiva democratização da universidade ainda está longe da realidade. Pensamos ser esta também a situação atual das universidades brasileiras e de tantos outros países da América Latina.

Em nosso continente, observamos que as políticas educacionais do Estado, orientadas, hegemonicamente, por uma perspectiva tecnicista e alinhada à lógica capitalista, têm contribuído diretamente para a negação do direito à educação às classes populares. Além disso, a orientação neoliberal dessas políticas, combinada às disputas em torno do conceito de qualidade educacional, tende a favorecer interesses de grandes conglomerados econômicos. Como resultado, o acesso pleno a direitos básicos e a uma educação democrática torna-se limitado, revelando tensões profundas entre as políticas públicas e as demandas sociais por equidade e interculturalidade. Nesse sentido, Candau (2020) destaca que:

Na atualidade novas questões desafiam o campo da Didática, tais como: retomada de uma visão tecnicista e produtivista da educação em consonância com as políticas educacionais vigentes de corte neoliberal, as disputas de sentido sobre o que se entende por qualidade da educação, as avaliações de larga escala, a pluralidade de conhecimentos continuamente em (re) elaboração nas diferentes áreas, as violências no cotidiano escolar, os impactos das tecnologias da informação e comunicação, os múltiplos sujeitos presentes na

escola, as disputas em torno de distintas concepções de currículo (Candau, 2020, p. 2).

A autora destaca os desafios do campo da didática no contexto atual, marcado pela pluralidade de saberes presentes nas escolas, universidades e demais instituições de ensino, constantemente em processo de reelaboração. Essa realidade evidencia a importância de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade de experiências e perspectivas dos sujeitos, revelando simultaneamente os limites e as possibilidades da universidade frente às lutas de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, cuja existência muitas vezes é ameaçada por projetos de sociedade excludentes.

Nesse cenário, o diálogo entre a universidade e os movimentos sociais se apresenta como um caminho de fortalecimento mútuo. O projeto didático intercultural surge como estratégia de planejamento comprometida com a pluralidade, a justiça social e a descolonização do saber, possibilitando a reflexão sobre conflitos socioambientais, memórias de expropriação e identidades culturais, e abrindo caminhos concretos para valorizar os saberes tradicionais e promover a inclusão cultural e linguística no espaço acadêmico, contribuindo para a construção de universidades latino-americanas mais sensíveis e engajadas com essas demandas.

ENCONTRO COM AS MULHERES MAPUCHES: ESCUTAR, SENTIR E APRENDER

O povo Mapuche, considerado um dos principais grupos indígenas da América do Sul, ocupa territórios que se estendem entre a Argentina e o Chile. Estima-se que mais de um milhão e meio de Mapuches vivam nessas regiões, sendo cerca de 1.508.600 no Chile e aproximadamente 205.000 na Argentina, o que reforça tanto sua relevância demográfica quanto seu vínculo histórico com esses territórios (Vasco et al., 2023).

Desde a década de 1990, áreas da Patagônia argentina passaram a ser controladas por empresas privadas, majoritariamente norte-americanas e europeias, voltadas à exploração mineral e ao agronegócio. Esse processo intensificou conflitos e violência, reconfigurando-se conforme as dinâmicas do extrativismo e da expansão agroexportadora.

Por essas e outras situações, as províncias de Neuquén, Río Negro e Chubut, onde vivem comunidades Mapuches, tornaram-se territórios em constante disputa. Essa realidade foi possível observar de perto durante o período em que estive na comunidade Mapuche em Lof Buenuleo, acompanhada de professoras da Universidad Nacional del Comahue.

Essa experiência permitiu uma aproximação não apenas com os modos de vida indígenas, mas também a compreensão dos desafios enfrentados por esse povo em sua luta pela terra. Nas conversas com alguns moradores, além de dialogarmos sobre a educação no território, emergiram relatos sobre os litígios em torno da posse das terras que historicamente ocupam. Em uma roda de diálogo que realizamos, algumas mulheres demonstravam grande apreensão, pois, logo em seguida, precisariam comparecer a uma audiência.

Elas relataram que, em muitos processos judiciais, os argumentos das partes contrárias reproduzem narrativas expropriatórias, negando a ancestralidade e a originalidade dessas famílias indígenas, ao mesmo tempo em que tentam deslegitimar sua permanência nos territórios, classificando-as como oriundas de outros Estados nacionais ou de diferentes províncias argentinas (Ramos & Delrio, 2011). Nesse sentido, como afirmou Sandra em nossa conversa:

Vivimos acá con mi familia, con Sofí, Agustín, que va a vivir todo el día acá. Ramiro es mi esposo y es el hombre de la comunidad. Nosotros estamos viviendo físicamente acá desde el 2019, porque siempre fue un uso tradicional,

desde el abuelo de Ramiro, mis abuelos y todo. Desde el 2019 decidimos quedarnos físicamente a vivir, y bueno, eso ha traído todo un mar judicial, en el cual no se concluyó nada de un supuesto desalojo público, que no fue real porque nosotros estábamos acá. El conflicto empieza después, termina la casa y empieza el conflicto (Sandra, 2025).

A narrativa de Sandra evidencia os litígios fundiários que afetam o cotidiano do povo Mapuche na comunidade Lof Buenuleo. Apesar dos conflitos judiciais, a comunidade mantém um vínculo profundo com o território, que para eles não se restringe a um espaço de moradia, mas representa a possibilidade de perpetuar práticas ancestrais, especialmente o contato com a natureza e o cuidado com os recursos hídricos. Isso exemplifica o vínculo de caráter existência e espiritual com a terra, com o território que sustenta a identidade e as tradições dos Mapuches.

Essa perspectiva também foi enfatizada por Aoka Pingén ao abordar a deslegitimação histórica, a negação da ancestralidade e a legitimação contestada de seu povo. Em suas próprias palavras:

Como Mapuche, sin estar en los territorios, perdemos la capacidad de ser Mapuche, perdemos la capacidad de ser personas. Nuestras cabezas y nuestros sentimientos no coinciden con la vida fuera de los territorios. Somos uno, tanto con el agua, como con las montañas, con las plantas, con los árboles. Acá vivimos. Allá, sobrevivimos.[...] Porque en nuestra educación, aquí en la Argentina, la de un ejemplo, nos dice o nos enseña a nuestros niños que los Mapuches vinieron aquí a matar a los Tehueltes. Entonces, hay una incongruencia en la historia. O sea, hay planteos de nuestros niños en por qué enseñan eso, que no es real y no es cierto. Entonces, hay incongruencias que habría que abordar y también los criterios de qué estamos enseñando. Creo que es un comienzo de interculturalidad (Aoka Pingén, 2025).

A fala de Aoka evidencia que o território não é apenas um espaço físico, mas um elemento constitutivo da existência, da cultura e da subjetividade do povo Mapuche. A perda do território representa uma ameaça direta à continuidade das práticas ancestrais e dos saberes ecológicos que sustentam sua forma de vida. Ao mesmo tempo, Aoka revela a deslegitimação histórica presente na educação formal argentina, marcada por uma perspectiva dominante e eurocêntrica, que contribui para a marginalização simbólica e a negação da ancestralidade Mapuche.

Dentro desse panorama, torna-se relevante destacar o papel ativo da comunidade Mapuche na Lof Buenuleo como protetora dos recursos hídricos. O reservatório administrado por eles abastece diversos bairros de Bariloche, especialmente aqueles de maior poder aquisitivo, evidenciando que a relação com o território vai além do direito de posse: envolve gestão ambiental, responsabilidade social e a aplicação de saberes tradicionais na preservação dos bens comuns e da natureza. Essa prática reforça a importância do conhecimento ancestral e demonstra como os vínculos com o território se manifestam de maneira concreta na proteção e no cuidado coletivo da natureza, articulando direitos, cultura e sustentabilidade.

Sob essa perspectiva, as narrativas de professoras e moradoras da comunidade revelam que a luta pela retomada e preservação das terras ancestrais aos redores de Bariloche se constrói na articulação entre a resistência cotidiana e o enfrentamento da deslegitimação jurídica, que insiste em criminalizar ações de defesa territorial, ao classificá-las como ameaça à ordem pública.

Nesse cenário, as mulheres Mapuches assumem protagonismo, mobilizando práticas de cuidado, transmitindo saberes e tecendo pedagogias enraizadas tanto na terra quanto na memória de seus antepassados. Como enfatizou Sandra:

Pero estamos acá y vivimos acá, y bueno, esta es nuestra vida, cuidando el agua. Porque este es el río, no sé si te pudieran explicar, chicas, donde abastece un cuarto de la población. Nosotros la consumimos directamente. Nosotros vamos a buscar los baldecitos de agua a la mañana y el agua que consumimos (Sandra, 2025).

Na narrativa, demonstra-se que a defesa do território extrapola dimensões jurídicas ou econômicas, constituindo um compromisso ético, cultural, ecológico e educativo capaz de fortalecer a continuidade da vida comunitária. Ao mesmo tempo, Sandra evidencia a importância de uma educação intercultural que valorize os saberes e práticas ancestrais, reconhecendo o conhecimento gerado na própria luta pela terra e as formas de cuidado com a natureza, como a água e os rios que sustentam a comunidade.

Essa realidade encontra paralelo nas experiências das mulheres quilombolas no Brasil, especialmente na Amazônia marajoara, onde a disputa territorial também se inscreve em processos de violência no campo e histórica marginalização dos povos. Nessas comunidades, lidam-se com grilagem, avanço do agronegócio e morosidade na titulação de terras, enquanto se ressignificam formas de viver e educar em diálogo com ancestralidades africanas e indígenas.

As mulheres quilombolas, assim como as Mapuches, assumem protagonismo na defesa do território, utilizando a palavra como ato político de afirmação e recuperação da dignidade, tensionando a narrativa histórica da colonização e possibilitando a construção de outras histórias a partir das epistemologias próprias de seus povos.

Barbosa (2018) destaca que, no contexto das resistências latino-americanas, as mulheres se consolidam como principais defensoras do território enquanto espaço de vida, promovendo lutas articuladas em níveis local, nacional e transnacional, o que provoca reflexões sobre as relações entre o Estado e as populações tradicionais. Essa centralidade do território na vida e na identidade dos povos é evidenciada nas falas das próprias mulheres Mapuches, como observa Aoka:

Y sé que hay muchas hermanas Mapuche que lo están pasando mal, porque somos en su mayoría mujeres las que tenemos que vivir y hablar de esto, que mi hijo quiere representar al pueblo Mapuche, que mi hijo quiere hacer esto, que mi hija... somos nosotras, las mujeres. [...] Y a veces, también, no es solamente culpa del mismo Estado, sino que también pienso que necesitamos juntarnos un poco más entre nosotras para poder llevar esa lucha con más firmeza, porque es un derecho. Y como todo derecho, a veces, como dije hace un rato, no nos favorece, pero también lo podemos hacer valer (Aoka Pingén, 2025).

A narrativa denuncia desigualdades históricas e estruturais, evidenciando o papel das mulheres como articuladoras na defesa de seus direitos. Elas assumem responsabilidades fundamentais na preservação da cultura e da identidade Mapuche, destacando que a resistência se fortalece coletivamente. Essa dimensão insere-se na perspectiva da interculturalidade crítica, que questiona as narrativas construídas durante a formação dos Estados-nação, tanto na Argentina quanto no Brasil, nos quais as instituições educativas funcionaram e continuam funcionando como dispositivos para a manutenção e reprodução dessas estruturas (Ramírez, 2020).

Nesse contexto, a força e a vivência das mulheres expressam um modo de pensar que emerge “a partir de si mesmas, de seu caminhar como mulheres que são frutos da longa noite dos 500” (Barbosa, 2018, p. 1134). A partir dessa perspectiva, seus saberes, tecidos na experiência e na ancestralidade, reafirmam compromissos com a memória e a continuidade da vida coletiva. Como ilustra Romero em seu depoimento oral, os homens Mapuches aprendem com as mulheres essas práticas de memória e de transmissão de saberes que se concretizam no cotidiano escolar e comunitário:

Paso a ser vice-directora, también aprendí a ser vice-director, y después tenemos un espacio que se llama Memorias Institucionales, se hacen los miércoles, y ahí aproveché y también les expliqué a todos de dónde venían nombres y punches, de dónde venían... Y eso, yo no lo aprendí en la escuela. Para mí, en los pueblos originarios que vivían en la Patagonia, eran los picunches, los puenches, y también me llevó a saber qué significaba o qué significado tenía la palabra tehuelche. Sobre todo lo que no puedo averiguar por un lado, siempre le mando mensaje a Yanni. Y cuando Yanni me dice no, no sé, no sé, o trata de no contestarme, yo no puedo contestarme, agacho. Y si no, ya vamos como un escalón más arriba, voy a echar. Ya aprendí. Me paso ya aquí (Romero, 2025).

Desse modo, ao fazer ecoar lembranças individuais e comunitárias, essas mulheres não apenas preservam suas histórias, mas também alimentam as resistências cotidianas. É nesse movimento que se produzem pedagogias que articulam afeto, ética e política, transformando o cuidado em um princípio educativo e político. Assim, o cuidado, entendido como compromisso com a vida, com o território e com o outro, torna-se fundamento das ações coletivas e força que sustenta a existência comunitária.

Além disso, essa concepção de cuidado confronta as estruturas coloniais e patriarcais que ainda orientam a educação formal, propondo modos próprios de ensinar e aprender, forjados no território e na experiência. Por conseguinte, o protagonismo feminino se afirma como expressão dessas pedagogias do cuidado e da resistência, que desestabilizam hierarquias impostas e anunciam possibilidades de descolonização do saber, do corpo e da vida.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERCULTURAIS E FEMINISTAS NA UNCo

Para abordar as práticas pedagógicas interculturais que observei na UNCo, começo destacando a roda de conversa que realizamos com mulheres Mapuches da Lof Buenoleo e professoras da universidade, que, em minha visão, constitui um exemplo concreto dessas práticas. O encontro possibilitou ricas trocas de aprendizagem coletiva entre comunidade e universidade, permitindo entrelaçar experiências de vida, saberes locais e perspectivas de gênero. Essa prática nos levou a refletir sobre como a educação pode se tornar um instrumento de valorização cultural, reconhecimento da diversidade e fortalecimento do protagonismo feminino, em um processo de construção do conhecimento compartilhado, no qual quem ensina aprende e quem aprende ensina.

Nesse cenário, o debate foi intenso, uma vez que discutíamos temas ao mesmo tempo sensíveis e complexos, mas que se mostraram essenciais para a reflexão pedagógica. A professora Paula Ramirez nos conduziu nessa análise, possibilitando que examinássemos as estruturas sociais e as relações de poder. Além disso, apresentou conceitos, como o de genocídio - discutido

em sua tese de doutorado - para abordar as relações que atravessam a educação intercultural. Nesse sentido, Ramirez (2020, p. 111) evidencia:

La inclusión del concepto de genocidio para repensar las propuestas pedagógico- didácticas lugarizadas en *Wallmapu* es un desafío y una necesidad política, planteada como demanda de las organizaciones mapuche. Su tematización genera polémicas profundas, particularmente en la sociedad barilocheense, agravadas en estos tiempos. Entendido como plan sistemático de eliminación de un pueblo (Naciones Unidas 1948), resulta clave para el análisis de las estructuras profundas de la sociedad, por la complejidad de intereses políticos, económicos y sociales en general que involucra, y por las posibilidades que abre considerarlo en el presente como proceso para transformar relaciones asimétricas (Delrio et al, 2018). Sin embargo, no se desconoce el debate actualizado en torno a este concepto y su aplicabilidad en el análisis de procesos sociales (Ramirez, 2020, p.111).

A autora nos faz refletir sobre o intenso contexto de tensão cultural que envolve Bariloche, em Wallmapu. Ao transpor esse debate para o espaço compartilhado entre comunidade e universidade, sua relevância se intensifica, evidenciando o papel da universidade e dos professores engajados politicamente na construção de espaços de escuta, valorização e reconhecimento das experiências das mulheres Mapuches. A roda de conversa realizada exemplificou concretamente esse esforço, revelando como tais práticas pedagógicas promovem a aproximação entre saberes acadêmicos e experiências de vida comunitárias.

Nesse encontro, ficou evidente que as trocas foram profundamente enriquecedoras, ultrapassando os limites da aprendizagem estritamente acadêmica. A experiência configurou-se como a criação de espaços de resistência, cuidado e fortalecimento tanto individual quanto coletivo, gerando uma vivência efetivamente intercultural. Afinal, para além do conceito, Walsh (2009) nos diz que a interculturalidade sempre existiu na América Latina.

De esta manera, se asume que la interculturalidad es algo que siempre ha existido en América Latina porque siempre ha existido el contacto y la relación entre los pueblos indígenas y afrodescendientes, por ejemplo, y la sociedad blanco-mestiza criolla, evidencia de lo cual se puede observar en el mismo mestizaje, los sincretismos y las transculturaciones que forman parte central de la historia y “naturaleza” latinoamericana- caribeña (Walsh, 2009, p. 2-3).

A partir dessa compreensão, percebemos que a interculturalidade se reinscreve hoje nas práticas educativas e nos processos de resistência dos povos. Assim, por meio desse processo, o ensino-aprendizagem ganha valor e sentido político ao impactar criticamente os atos pedagógicos e as práticas institucionais, entrelaçando a refundação educacional com a refundação estatal. Tais propostas, no contexto latino-americano, emergem como parte de um projeto de transformação social mais amplo, que busca construir uma sociedade justa, plural e igualitária, rompendo com as bases coloniais, racistas e excludentes sobre as quais se ergueram o Estado e as instituições escolares e universitárias.

A partir da compreensão de que a interculturalidade se inscreve nos modos de vida, nas práticas pedagógicas e nos processos de resistência dos povos da América Latina, percebe-se que o processo de ensino-aprendizagem adquire valor e sentido político ao buscar impactar

críticamente os atos pedagógicos e as práticas institucionais, articulando a refundação educacional com a refundação estatal (Walsh, 2009).

Durante o período em que estive na Universidad Nacional del Comahue (UNCo), participei de conversatórios com mulheres Mapuches, professoras e alunas, que construíam na prática a interculturalidade e tensionavam o genocídio epistêmico e cultural que estrutura, hegemonicamente, as universidades ocidentalizadas. Sobre elas, é elucidativa a análise de Grosfoguel (2016), para quem as universidades historicamente têm desempenhado um papel na reprodução do racismo e do sexismo epistêmico, ao legitimar predominantemente o conhecimento eurocêntrico, produzido por uns poucos homens brancos.

Mas os encontros relatados, realizados em espaços da universidade e de comunidades Mapuche, desafiaram a hierarquia tradicional do conhecimento acadêmico e efetivamente se configuraram como espaços de diálogo, troca de saberes e fortalecimento coletivo, exemplificando a resistência epistêmica e política que pode reconstruir relações de poder dentro (e para além) das instituições.

Essa abertura para a valorização de saberes diversos na UNCo traduz-se em práticas pedagógicas concretas que promovem perspectivas interculturais, abrindo espaço também para falarmos sobre as perspectivas feministas. Essas práticas impactam a didática dos professores, que se veem desafiados a transformar suas metodologias e a buscar alternativas para efetivamente colocar em prática os princípios institucionais de valorização da equidade e da diversidade.

Entre as questões que hoje interpelam a Didática e a formação docente, Candau (2020) destaca a centralidade das diferenças culturais no cotidiano escolar, apontando que:

A cultura escolar está, em geral, assentada na busca da igualdade entendida, como homogeneização dos processos e objetivos pretendidos. No entanto, cada vez se visibilizam mais os diferentes sujeitos, saberes, práticas, linguagens que permeiam o dia a dia das escolas (Candau, 2020).

Nesse sentido, consideramos que não é suficiente (embora muito importante) que um estatuto universitário se reconheça intercultural, como o faz a UNCo. É necessário que tais diretrizes se transformem em práticas efetivas, questionando a centralidade histórica do conhecimento eurocêntrico nas universidades latino-americanas, promovendo visibilidade e legitimidade às sabedorias das comunidades.

Assim, as instituições podem se tornar espaços de construção coletiva de saberes, onde a educação não apenas transmite conteúdo, mas também se articula com processos de transformação social, epistêmica e política, reforçando a importância de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social e a equidade de gênero.

Diante disso, é importante destacar que as experiências pedagógicas das mulheres Mapuches se relacionam profundamente com as vivências educativas das mulheres quilombolas da Amazônia marajoara. Em ambos os contextos, a luta pela terra está intrinsecamente ligada à luta pelo direito à educação, uma educação diferenciada, capaz de valorizar os saberes locais, reconhecer a cultura e considerar as vivências coletivas das comunidades. Essa articulação entre território e educação revela que o ato de ensinar e aprender não se restringe aos espaços escolares, mas se estende ao cotidiano, à vida comunitária e às práticas de resistência territorial, cultural e social.

Nesse sentido, as experiências pedagógicas que mencionamos neste texto ultrapassam a noção de educação formal, pois expressam formas próprias de ensinar e aprender que se fundamentam na relação com a terra, com a natureza e com o território. Ao transmitir às novas gerações o cuidado com a natureza e o compromisso com a defesa do lugar, mulheres Mapuches

e quilombolas constroem práticas educativas que afirmam identidades e modos de existência coletivos, transformando o cotidiano em espaço de formação e luta política.

Como observa Candau (2012a, p. 15), essas práticas educativas podem ser compreendidas como expressão de uma dimensão técnica da educação, entendida como um processo de ensino-aprendizagem intencional e sistemático, que busca organizar as condições que melhor favorecem a aprendizagem. No entanto, quando analisadas a partir das realidades quilombolas e Mapuches, essa dimensão técnica ganha novos sentidos, pois se articula às dimensões culturais e políticas da vida comunitária, nas quais educar é também resistir, preservar e afirmar o território como espaço de saber.

Assim, à luz das experiências de interculturalidade vividas nas universidades do Brasil e da Argentina, percebemos que ocupar os espaços acadêmicos é, também, construir pontes entre mundos diversos. Neles, diferentes vozes e saberes se encontram, convidando-nos não apenas à escuta, mas também ao reconhecimento mútuo. Por isso, torna-se urgente que a interculturalidade ultrapasse o discurso e se concretize no cotidiano universitário e escolar, de modo que docentes, pesquisadores e estudantes possam aprender com distintos modos de existir, pensar e sentir. E, assim, que o diálogo entre saberes se transforme em semente de transformação, equidade e justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre interculturalidade, decolonialidade e feminismo na educação e nos processos de produção do conhecimento. Mas não buscamos uma análise meramente teórica sobre o tema. O caminho traçado valorizou, de maneira particular, escrituras e diálogos com mulheres Mapuches no sul da Argentina, proporcionados por um intercâmbio de doutorado-sanduíche que conectou aprendizados tecidos entre universidades e comunidade indígenas.

Ao buscar corporificar a própria perspectiva da interculturalidade na escrita do artigo, esboçamos construir possibilidades, cenários e imaginários dialógicos marcados pelo encontro entre mulheres Mapuches da Argentina e mulheres quilombolas da Amazônia marajoara. Nesse diálogo, surgiram como elementos centrais da discussão a valorização da memória, do território, da ancestralidade e da cultura.

É da realidade de opressão histórica que recai sobre essas mulheres que se pode compreender com maior nitidez a resistência por elas mobilizadas contra as estruturas racistas, coloniais e patriarcais das sociedades latino-americanas e das universidades ocidentalizadas em nosso continente.

No texto, denunciamos as colonialidades que violentam essas mulheres e que historicamente tem negado a elas o direito à educação. Porém, com base na vivência intercultural na Universidad Nacional del Comahue e nas lições aprendidas com as mulheres Mapuches, enfatizamos as possibilidades de se reinventar a universidade.

Defendemos que a universidade pode se tornar um espaço de formação intercultural quando se abre ao diálogo, ao reconhecimento e à valorização dos saberes dos povos originários e das comunidades tradicionais, rompendo com o eurocentrismo que ainda estrutura o conhecimento acadêmico.

Nesse contexto, ficou evidente que o território não é apenas um espaço físico, mas um lugar de saberes, memórias, educação e práticas que sustentam nossas lutas e resistências. Nas travessias interculturais vividas na comunidade Mapuche da Lof Buenuleo, constatamos que a

educação está intrinsecamente ligada às lutas coletivas, revelando pedagogias do cuidado, da resistência e da insurgência. Esses saberes locais não apenas desafiam os paradigmas hegemônicos, mas também apontam caminhos para repensar a universidade enquanto espaço de encontros plurais e transformadores.

O diálogo estabelecido com as mulheres quilombolas da Amazônia marajoara revelou como as epistemologias feministas e decoloniais emergem das vivências, das práticas e das memórias compartilhadas, sempre tecidas no território. Essas experiências mostram que o conhecimento não se limita aos muros universitários e que é necessário criar pontes entre universidade e comunidade, valorizando mulheres que, a partir de suas práticas de cuidado e redes de resistência, constroem epistemologias próprias em defesa de seus territórios e direitos.

Escrever sobre essas experiências tornou-se, assim, um ato de compromisso com práticas pedagógicas interculturais, decoloniais e feministas. Foi também um gesto de reconhecimento da importância de valorizar esses saberes no território acadêmico, ampliando os horizontes da formação na graduação e na pós-graduação. A universidade, quando se abre a essa escuta, não deve enxergar as comunidades apenas como objetos de pesquisa, mas como parceiras ativas na produção de conhecimento.

Reafirmamos, nestas considerações finais, que educação, território e resistência caminham sempre entrelaçados. A transformação social surge desse encontro sensível entre mundos distintos, mostrando que é na partilha de saberes e no diálogo que se constroem as possibilidades de um futuro mais justo, plural e verdadeiramente intercultural.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lia Pinheiro. Epistemologias de Nosotras, Feminismos e Teoria da Selva na construção do conhecimento: aportes das mulheres Zapatistas. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [Tocantinópolis], v. 3, n. 4, p. 1.128-1.155, 2018.

BARBOSA, Shirley Cristina Amador. **Educação, resistência e tradição oral**: uma forma outra de ensinar e aprender na comunidade quilombola Vila União/Campina, Salvaterra-PA. 2020. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2020.

CANDAU, Vera Maria (org.). **A didática em questão**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/QL9nWPmwbhP8B4QdN8yt5xg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2025.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Didática, interculturalidade e formação de professores: desafios atuais. **Revista Cocar**, Belém, v. 8, p. 28-44, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3045>. Acesso em: 17 set. 2025.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. p. 80.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2005. p. 16-21

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRERO, Mariángeles. A Universidade Nacional del Comahue es la primera del país en reconocerse como intercultural. **Agencia de Noticias Tierra Viva**, 15 maio 2024. Disponível em: <https://agenciatierraviva.com.ar/la-universidad-del-comahue-es-la-primera-del-pais-es-reconocerse-como-intercultural/>. Acesso em: 16 set. 2025.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; CORREA DA SILVA, Luís Fernando Santos. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO SUPERIOR NO GOVERNO LULA: EXPANSÃO OU DEMOCRATIZAÇÃO?. **Revista Debates**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 10, 2010. DOI: 10.22456/1982-5269.16316. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/16316>. Acesso em: 25 jan. 2026.

RAMÍREZ, Paula. **Una didáctica intercultural en la formación de docentes universitarios: condiciones de posibilidad en Furilofche warria Wallmapu mew**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Universidad Nacional del Comahue, Neuquén, Argentina, 2020. Disponível em: <http://rdi.uncoma.edu.ar/handle/uncomaid/16037>. Acesso em: 16 set. 2025.

RAMOS, Ana; DELRIO, Walter. Mapas y narrativas de desplazamiento: memorias mapuche-tehuelche sobre el sometimiento estatal en Norpatagonia. **Antíteses**, Londrina, v. 4, n. 8, p. 515-532, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 13 set. 2025.

UNIVERSIDAD NACIONAL DEL COMAHUE. *La UNCo se transformó en la primera universidad intercultural del país*. Neuquén, Argentina, 12 mar. 2024. Notícia institucional publicada pela Universidad Nacional del Comahue. Disponível em: <https://uncoma.edu.ar/noticias-universitarias/la-unco-se-transformo-en-la-primera-universidad-intercultural-del-pais/>. Acesso em: 28 agosto 2025.

VASCO, Aline Herrera; GOMES, Audrey Andrade; KOBOYAMA, Bárbara Fasolin et al. **A guerra contra as mulheres Mapuche**. Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil – OPEB, 08 ago. 2023. Disponível em: <https://opeb.org/a-guerra-contra-as-mulheres-mapuche/>. Acesso em: 12 set. 2025.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. Ampliación de la ponencia presentada en el Seminario “Interculturalidad y Educación Intercultural”, organizado por el Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 9-11 de marzo de 2009. Disponível em: https://1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/44415003/interculturalidad_critica_y_educacion_intercultural-libre.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

| Submetido em: março de 2026
| Aprovado em: julho de 2026
| Publicado em: setembro de 2026